

EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 005/2023

SELEÇÃO DE PROJETOS PARA FOMENTO AO TURISMO REGIONAL

O ESTADO DO ESPÍRITO SANTO, pessoa jurídica de direito público interno, por intermédio da SECRETARIA DE ESTADO DO TURISMO – SETUR, com fundamento na Lei Federal n.º 13.019, de 31 de julho de 2014, alterada pela Lei nº 13.204, de 14 de dezembro de 2015, torna público, às ORGANIZAÇÕES DA SOCIEDADE CIVIL – OSC interessadas, que, através deste, realiza o chamamento público, para a seleção de projetos de fomento ao Turismo Regional, realizados por Organizações da Sociedade Civil – OSCs sem fins lucrativos com sede no Estado do Espírito Santo, para firmar parcerias por meio de TERMO DE FOMENTO com a SETUR, nos termos e condições estabelecidas neste Edital.

1. DO OBJETO

1.1 Este Edital tem por objeto a seleção de projetos apresentados por Organizações da Sociedade Civil – OSCs sem fins lucrativos, com sede no estado do Espírito Santo, voltados para o fortalecimento regional do turismo sob os eixos de **PROMOÇÃO TURÍSTICA REGIONAL (I), GESTÃO REGIONAL DO TURISMO (II), QUALIFICAÇÃO PARA O TURISMO REGIONAL (III) e ESTRUTURAÇÃO DAS REGIÕES TURÍSTICAS (IV).**

1.2 Para fins deste edital, deve ser considerado o recorte territorial e a divisão de regiões turísticas do Espírito Santo definido pelo Mapa do Turismo Brasileiro vigente, disponível em: www.mapa.turismo.gov.br, conforme as seguintes Regiões Turísticas:

1.2.1 Região Turística Caminhos do Café, Pedras e Cachoeiras;

1.2.2 Região Turística Caparaó Capixaba;

1.2.3 Região Turística da Costa e da Imigração;

1.2.4 Região Turística Doce Pontões Capixaba;

- 1.2.5 Região Turística Doce Terra Morena;
- 1.2.6 Região Turística do Verde e das Águas;
- 1.2.7 Região Turística dos Imigrantes;
- 1.2.8 Região Turística Metropolitana;
- 1.2.9 Região Turística Montanhas Capixabas;
- 1.2.10 Região Turística Sul Capixaba dos Vales e Café.

1.3 Para fins deste edital entende-se por Instâncias de Governança Regionais de Turismo – IGRs, no âmbito do Programa de Regionalização do Turismo, e integrante do Sistema Nacional de Turismo conforme Art. 8º da Lei nº 11.771/2008, entidades responsáveis pela organização, gestão e consolidação da atividade turística no território regional de forma sustentável, integrada e descentralizada, com a participação da sociedade civil, poder público e iniciativa privada.

1.4 É vedada a apresentação de propostas que já tenham sido contempladas com recursos financeiros provenientes de emendas parlamentares.

1.5 O presente edital não contemplará propostas que visem a realização de eventos.

2. INFORMAÇÕES E FORNECIMENTO DO EDITAL

2.1 Os interessados em participar da presente seleção poderão obter informações através do e-mail: gestur@turismo.es.gov.br.

2.2 A retirada do Edital e de seus anexos será feita exclusivamente pelo site da SETUR (<https://setur.es.gov.br/editais>).

3. DAS INSCRIÇÕES

3.1 As inscrições para o presente Edital estarão abertas no período de **07 de agosto a 08 de setembro de 2023**, exclusivamente, através do Acesso Cidadão: www.acessocidadao.es.gov.br, sem limitação de horário, através do perfil/CPF do responsável pela entidade ou de terceiros, devendo, neste caso, serem realizadas

seguindo as seguintes orientações:

- a) Observar os manuais de utilização do sistema acessando: www.processoeletronico.es.gov.br/edocs-manuais-e-videos.
- b) Criar um login e senha para acesso como cidadão, caso ainda não possua;
- c) Acessar o site Acesso Cidadão com login e senha e clicar em “E-DOCS”;
- d) Capturar os documentos da proposta no sistema, clicando em “Fazer Upload”. Cada documento deverá ser capturado separadamente;
- e) O proponente poderá optar por assinar e digitalizar documentos ou assinar os documentos através do sistema E-Docs;
- f) Encaminhar os documentos capturados e assinados para o setor “GESTUR – GERÊNCIA DE GESTÃO DO TURISMO – SETUR”;
- g) A identificação da instituição proponente e meios de contato deverão aparecer de forma clara e sucinta na mensagem de encaminhamento da proposta, conforme orientações do item 6 deste edital.

3.2. Não serão aceitas inscrições condicionais ou fora do prazo, nem as enviadas por outros meios, como física, fax ou email.

3.3. Serão indeferidas as inscrições de propostas apresentadas em desacordo com as normas, condições e especificações previstas no presente Edital.

4. DOS REQUISITOS PARA PARTICIPAÇÃO

4.1 Poderão participar da presente Chamada Pública as organizações da sociedade civil que se enquadrem nas definições do art. 2º, I, da Lei n.º 13.019/2014, alterada pela Lei nº 13.204/2015, com sede ou representação atuante e reconhecida no Estado do Espírito Santo.

4.2 Para a celebração do Termo de Fomento, a OSC deverá atender aos requisitos da Lei 13.019/2014, em especial, os artigos 33, 34, 38 e 39.

4.3 Em atendimento ao artigo 33 da Lei nº 13.019/2014, alterada pela Lei nº

13.204/2015, poderão participar do presente Edital de Seleção as pessoas jurídicas de direito privado sem fins lucrativos, estabelecidas no Estado do Espírito Santo há, no mínimo, 02 (dois) anos e que comprove, conforme atos constitutivos, atuação no segmento turístico.

4.4 Ficará impedida de celebrar o Termo de Fomento a OSC que não atender aos preceitos da Lei n.º 13.019/2014, art. 39, caput e incisos I, II, IV, V e VI, art. 73, incisos II e III; Lei nº 8.429, art. 12, incisos I, II e III.

5. DAS VEDAÇÕES

5.1. Fica impedida de celebrar Termo de Fomento, objeto do presente chamamento, a Organização da Sociedade Civil que:

- a) Não esteja regularmente constituída ou, se estrangeira, não esteja autorizada a funcionar no território nacional;
- b) Esteja omissa no dever de prestar contas de convênios ou parceria anteriormente celebrada;
- c) Tenha como dirigente membro do Poder ou do Ministério Público, ou dirigente de órgão ou entidade da administração pública estadual da mesma esfera governamental na qual será celebrado o termo de fomento, estendendo-se a vedação aos respectivos cônjuges ou companheiros, bem como parentes em linha reta, colateral ou por afinidade, até o segundo grau;
- d) Tenha tido as contas rejeitadas pela administração pública nos últimos cinco anos, exceto se:
 - I. For sanada a irregularidade que motivou a rejeição e quitados os débitos eventualmente imputados;
 - II. For reconsiderada ou revista a decisão pela rejeição;
 - III. A apreciação das contas estiver pendente de decisão sobre o recurso com efeito suspensivo.
- e) Tenha sido punida com uma das seguintes sanções, pelo período que durar a penalidade:
 - I. Suspensão de participação em licitação e impedimento de contratar

- com a Administração;
- II. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração;
- III. Suspensão temporária da participação em chamamento público e impedimento de celebrar parceria ou contrato com órgãos e entidades da esfera de governo da administração pública sancionadora, por prazo não superior a dois anos;
- IV. Declaração de inidoneidade para participar de chamamento público ou celebrar parceria ou contrato com órgãos e entidades de todas as esferas de governo, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a organização da sociedade civil ressarcir a administração pública pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base no inciso II.
- f) Tenha tido contas de parcerias julgadas irregulares ou rejeitadas por Tribunal ou Conselho de Contas de qualquer ente da Federação, em decisão irrecorrível nos últimos 8 (oito) anos;
- g) Tenha entre seus dirigentes pessoa:
- I. Cujas contas relativas a parcerias tenham sido julgadas irregulares ou rejeitadas por Tribunal ou Conselho de Contas de qualquer ente da Federação, em decisão irrecorrível, nos últimos 8 (oito) anos;
- II. Julgada responsável por falta grave e inabilitada para o exercício de cargo em comissão ou função de confiança, enquanto durar a inabilitação;
- III. Considerada responsável por ato de improbidade, enquanto durarem os prazos estabelecidos nos incisos I, II e III, do art. 12, da Lei n.º 8.429, de 02 de junho de 1992.

6. DA FORMA E CONDIÇÕES PARA APRESENTAÇÃO DAS PROPOSTAS

6.1 A proposta deverá ser apresentada no encaminhamento do Acesso Cidadão/E-Docs (www.acessocidadao.es.gov.br), contendo, obrigatoriamente, a seguinte descrição:

À SECRETARIA DE TURISMO
EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 005/2023
IDENTIFICAÇÃO DA PROPOSTA:

(Nome da proposta)
(Nome da Instituição proponente)
(CNPJ)
(Telefone)
(Endereço da Instituição proponente).

6.2. O encaminhamento de apresentação da proposta deverá conter os documentos necessários à inscrição e participação na Seleção, abaixo relacionados, conforme modelos disponibilizados no site da SETUR (www.setur.es.gov.br):

ITEM	DOCUMENTO
1	(*) Ofício de encaminhamento com proposta de celebração de parceria, em versão original, datado e assinado, encaminhado à Comissão de Seleção;
2	(*) Plano de Trabalho devidamente preenchido conforme termos do art. 22 da Lei 13.019/2014 e assinado pelo representante legal, conforme Modelo no ANEXO I;
3	Cartão CNPJ da Entidade emitido pela Receita Federal do Brasil;
4	Pesquisa prévia de mercado comprovada e apresentação de no mínimo 3 (três) orçamentos para cada item descrito no plano de trabalho, assinados e com carimbo da empresa que forneceu o orçamento;
5	Documentos comprobatórios para julgamento das propostas, conforme item 9 deste Edital.

(*) Modelos dos documentos disponibilizados no site da SETUR – www.setur.es.gov.br.

6.3. As propostas deverão ser entregues nas datas e prazos definidos no cronograma do item 12, conforme orientações do item 3, através do sistema Acesso Cidadão/E-Docs;

6.4. A SETUR não verificará, quando da entrega das propostas, se os documentos apresentados estão corretos e/ou completos;

6.5 A verificação somente será feita para as propostas vencedoras, em reuniões da comissão agendadas para esse fim, após a etapa competitiva e ordenadas as propostas, nos termos do art. 28, caput, da Lei nº 13.019/2014;

6.7 As OSCs, ao participarem do chamamento público, deverão formular e apresentar Plano de Trabalho no qual constem as ações a serem desenvolvidas e que atenda aos requisitos normativos relacionados ao Termo de Fomento, de acordo com o modelo no ANEXO I e suas orientações.

6.8 As instituições participantes arcarão com todos os custos relativos à apresentação das suas propostas, não sendo a SETUR em nenhuma hipótese responsável por tais custos.

6.9 A Organização Social interessada em apresentar propostas deverá ter ciência da sua regularidade no CADIN Estadual – Cadastro Informativo de Créditos não Quitados. Essa certidão será emitida pela própria SETUR, não sendo necessária sua apresentação pela Entidade.

6.10 A OSC interessada em apresentar proposta deverá ter ciência da exigência da apresentação dos documentos relacionados no ANEXO II deste Edital, que serão exigidos quando da formalização dos Termos de Fomento, às entidades selecionadas.

7. DO PLANO DE TRABALHO

7.1 A organização social deverá apresentar proposta, nos termos do art. 22, da Lei nº 13.019/2014, alterada pela Lei nº 13.204/2015, no qual deverá constar:

- a) Descrição da realidade que será objeto da parceria, devendo ser demonstrado de maneira clara o nexo entre essa realidade e as atividades ou projetos e metas a serem atingidas;

- b) Descrição de metas a serem atingidas e de atividades ou projetos a serem executados;
 - c) Previsão de receitas e de despesas a serem realizadas na execução das atividades ou dos projetos abrangidos pela parceria;
 - d) Forma de execução das atividades ou dos projetos e de cumprimento das metas a estes atreladas;
 - e) Definição dos parâmetros a serem utilizados para a aferição do cumprimento das metas.
- 7.2O Plano de Trabalho ainda deverá conter elementos que permitam a adequada avaliação do projeto.
- 7.3O Plano de Trabalho apresentado deverá seguir estritamente o modelo estabelecido no ANEXO I e deverá conter todos os itens acima informados.
- 7.4A proposta apresentada pela OSC que foi considerada aprovada pela Comissão de Seleção poderá sofrer alterações para ajustes, desde que não descaracterize o objeto inicial.
- 7.5Cada OSC poderá apresentar até 02 (duas) propostas para participar deste chamamento, sendo de áreas distintas descritas no item 7.6 deste edital, para uma única região turística a qual comprove atuação.
- 7.6As propostas poderão contemplar os seguintes eixos: **PROMOÇÃO TURÍSTICA REGIONAL (I), GESTÃO REGIONAL DO TURISMO (II), QUALIFICAÇÃO PARA O TURISMO (III) e ESTRUTURAÇÃO DAS REGIÕES TURÍSTICAS (IV)**, sendo consideradas:
- 7.6.1 Serão consideradas propostas no eixo de **PROMOÇÃO TURÍSTICA REGIONAL** aquelas que apresentem ações que tenham por objetivo divulgar atrativos, produtos e destinos (municípios e regiões), a fim de fortalecer a imagem para o público-alvo, criar relacionamento com o mercado consumidor, ampliar o fluxo turístico no território, reduzir sazonalidade e dar suporte ao processo de comercialização, utilizando ferramentas de marketing, publicidade e estratégias mercadológicas;
 - 7.6.2 Serão consideradas propostas no eixo de **GESTÃO REGIONAL DO TURISMO**

aquelas que apresentem ações que tenham como objetivo promover aprimoramento, estruturação e fortalecimento institucional da governança regional, implementação de ações previstas nos planejamentos regionais, capacitação de gestores e lideranças do turismo com foco para a gestão estratégica do território, fortalecimento dos conselhos municipais de turismo, sensibilização e integração dos atores locais para o turismo e criação de mecanismos de fomento e políticas voltadas ao turismo nos municípios;

7.6.3 Serão consideradas propostas no eixo de **QUALIFICAÇÃO PARA O TURISMO** aquelas que apresentem ações que tenham como objetivo a capacitação dos prestadores de serviços turísticos e o fomento ao empreendedorismo, com a finalidade de melhorar a qualidade dos serviços, aumentar a competitividade dos pequenos negócios, incrementar a produção associada ao turismo, aplicar soluções de inovação nos negócios e inserção de pessoas no mercado de trabalho através do turismo;

7.6.4 Serão considerados como propostas no eixo de **ESTRUTURAÇÃO DAS REGIÕES TURÍSTICAS** aquelas que apresentem ações que tenham como objetivo o mapeamento da oferta turística regional, a contratação de projetos técnicos para captação de recursos, a formulação de planos de atração de investimentos, a implantação de centros de atendimento ao turista, a implantação de projetos de sinalização turística, bem como os elementos que estão relacionados direta e indiretamente com o fomento à atividade turística.

7.7 Cada região turística poderá ser contemplada para execução de no máximo 02 (dois) projetos, em eixos diferentes, valendo-se os projetos que obtiverem a maior pontuação.

7.8 As OSCs que proporem projetos à este chamamento público deverão comprovar atuação na respectiva região turística alvo do projeto, seguindo as premissas do Programa de Regionalização do Turismo, em conformidade com o art. 24, § 2º, inciso II da Lei 13.019/14, podendo esta atuar como Instância de Governança Regional do Turismo – IGR.

7.8.1 A comprovação de atuação na região turística deverá ser feita através da apresentação de estatuto social da entidade, referenciando a atuação à região turística ou aos municípios que a integram.

8. DOS PROCEDIMENTOS DE AVALIAÇÃO E SELEÇÃO

8.1 À Comissão de Seleção, a ser instituída por Portaria da SETUR, observado o art. 27, §§ 1º, 2º e 3º, da Lei nº 13.019/2014, incumbe presidir a realização do chamamento, processar, julgar e supervisionar sua execução até a entrega da ata de encerramento do julgamento das propostas ao gabinete do Secretário de Estado do Turismo, com a relação das OSCs habilitadas, com as respectivas notas obtidas, em ordem decrescente, para a homologação final e posterior publicação no Diário Oficial do Estado do Espírito Santo (DIO-ES).

8.1.1 Os membros da Comissão de Seleção poderão ser substituídos nas hipóteses do art. 27, §§ 2º e 3º, da Lei nº 13.019/2014.

8.2 A avaliação das propostas terá caráter eliminatório e classificatório na qual a Comissão de Seleção analisará e julgará as propostas apresentadas pelas OSCs, sendo garantida à Comissão de Seleção total independência técnica para exercer o julgamento;

8.3 A Comissão de Seleção analisará e selecionará as propostas, e procederá ao julgamento segundo os critérios estabelecidos no Item 9, fundamentando em ata sua decisão acerca da seleção das propostas.

8.4 Será vedado a qualquer membro da COMISSÃO DE SELEÇÃO designar ou nomear procurador para a realização dos trabalhos de seleção e julgamento das propostas concorrentes ao presente Edital.

8.5 A Comissão de Seleção terá o prazo de até 07 (sete) dias corridos para conclusão do julgamento das propostas e divulgação do resultado preliminar do processo de seleção, podendo tal prazo ser prorrogado, com as devidas justificativas, por igual período.

8.6 Fica reservado o direito à Comissão de Seleção, na hipótese de não haver

proposta concorrente com qualidade técnica suficiente para receber o apoio financeiro previsto no presente Edital, de não conceder o apoio.

8.7A Comissão de Seleção poderá indicar a aprovação parcial da proposta, a depender da sua análise das metas e etapas na proposta apresentada.

8.8A Comissão de Seleção deverá verificar se a proposta atende integralmente o que determina o artigo 22 da Lei nº 13.019/2014, como condição para que o mesmo seja considerado apto à celebração do Termo de Fomento.

8.9A falsidade quanto às informações prestadas acarretará a eliminação da proposta, podendo ensejar, ainda, aplicação de sanção administrativa contra a instituição proponente e comunicação do fato às autoridades competentes, inclusive para apuração do cometimento de eventual crime.

9. DA PONTUAÇÃO DAS PROPOSTAS, DA CLASSIFICAÇÃO E DO DESEMPATE

9.1A determinação dos classificados deste Chamamento se dará pelo processo de pontuação.

9.2As propostas para apoio a projetos não deverão ultrapassar o valor de R\$100.000,00 (cem mil reais).

9.3As propostas serão classificadas de acordo com os seguintes critérios de pontuação:

CRITÉRIOS DE PONTUAÇÃO			
I – PROPOSTA/PROJETO	PONTUAÇÃO		
A) Consistência e relevância do projeto	PESO	NOTA MÁXIMA	PONTUAÇÃO MÁXIMA
NEXO: Serão avaliadas a importância do projeto para o fortalecimento regional, pelo nexo entre o contexto atual do setor e a relevância do projeto para a região e para o turismo do Espírito Santo.	4	5	20

OBJETIVOS E METAS: Serão avaliadas as ações propostas, a programação e as atividades, o público-alvo, as metas a serem atingidas e os indicadores que aferirão o cumprimento das metas e prazos para a execução das ações.	4	5	20
INOVAÇÃO: Será avaliado se as ações previstas no projeto fazem uso de técnicas inovadoras ou se seguem as tendências do mercado de turismo, com introdução de novas soluções, métodos, processos, produtos ou serviços que trazem valor e mudanças significativas ao setor.	2	5	10
SUSTENTABILIDADE: Será avaliado se as ações previstas têm condição de promover desenvolvimento sustentável, através da implementação de ideias, estratégias e atitudes ecologicamente responsáveis, economicamente viáveis e equilibradas, socialmente justas e culturalmente diversas, potencializando os ativos regionais do turismo.	2	5	10
Pontuação obtida (PROPOSTA/PROJETO)			60
II – CAPACIDADE TÉCNICA E OPERACIONAL	PONTUAÇÃO		
B) Capacidade técnica e operacional	PESO	NOTA MÁXIMA	PONTUAÇÃO MÁXIMA
TEMPO: Tempo de atuação da entidade na execução de projetos com o intuito de fortalecer e desenvolver o turismo na região e no Espírito Santo.	4	5	20

EXPERIÊNCIA E CONHECIMENTO: Será avaliada a experiência da organização da sociedade civil na concepção, realização, execução de projetos com o intuito de fortalecer e desenvolver o turismo no território capixaba nos últimos 5 (cinco) anos.	4	5	20
Pontuação obtida (CAPACIDADE TÉCNICA E OPERACIONAL)			40
PONTUAÇÃO FINAL (I + II)			100

9.4 As propostas serão julgadas com base nos seguintes critérios de pontuação referente ao item A:

NEXO	NOTA
Grau insatisfatório de atendimento ao objeto deste chamamento	0
Grau parcial de atendimento ao objeto deste chamamento	2,5
Grau pleno de atendimento ao objeto deste chamamento	5
OBJETIVOS E METAS	NOTA
Grau insatisfatório de atendimento ao objeto deste chamamento	0
Grau parcial de atendimento ao objeto deste chamamento	2,5
Grau pleno de atendimento ao objeto deste chamamento	5
INOVAÇÃO	NOTA
Grau insatisfatório de atendimento ao objeto deste chamamento	0
Grau parcial de atendimento ao objeto deste chamamento	2,5
Grau pleno de atendimento ao objeto deste chamamento	5
SUSTENTABILIDADE	NOTA
Grau insatisfatório de atendimento ao objeto deste chamamento	0
Grau parcial de atendimento ao objeto deste chamamento	2,5
Grau pleno de atendimento ao objeto deste chamamento	5

9.5 As propostas serão julgadas com base nos seguintes critérios de pontuação referente ao item B:

TEMPO	NOTA
Para a comprovação do critério TEMPO, deverá ser apresentado o CNPJ com a data de fundação da OSC.	
Menos de 3 anos	2
Entre 3 e 5 anos	3
Entre 5 e 10 anos	4
Mais de 10 anos	5
EXPERIÊNCIA E CONHECIMENTO	NOTA
Para a comprovação do critério EXPERIÊNCIA E CONHECIMENTO, a OSC deverá apresentar/comprovar:	
Ter a entidade sido tema de matéria em veículos de comunicação especializados da área de turismo (a apresentação de quantas forem as matérias só dará direito a pontuar uma única vez).	1
Apresentação de currículos profissionais de integrantes da organização da sociedade civil que demonstrem sua atuação na área de turismo (a apresentação de quantos forem os currículos só dará direito a pontuar uma única vez).	1
Apresentação de declarações de experiência prévia e de capacidade técnica no desenvolvimento de atividades ou projetos relacionados ao objeto da parceria ou de natureza semelhante, emitidas por entidades e/ou empresas diversas dos proponentes (a apresentação de quantas forem as declarações só dará direito a pontuar uma única vez).	1
Apresentação de instrumentos de parcerias firmados com órgãos e entidades da administração pública, empresas ou outras organizações da sociedade civil (a apresentação de quantos forem os instrumentos de parceria só dará direito a pontuar uma única vez).	1
Apresentação de projeto(s) de relevância já desenvolvido(s) pela entidade que tenha ganhado destaque e comprovadamente promoveu mudança da realidade local (a apresentação de quantos	1

forem os projetos só dará direito a pontuar uma única vez).	
---	--

9.6 A nota obtida pela entidade proponente será a soma da pontuação obtida em cada critério.

9.7 A pontuação valerá no máximo 100 (cem) pontos.

9.8 Proposta apresentada por OSC que atua como Instância de Governança Regional de Turismo - IGR, em conformidade com o Mapa do Turismo Brasileiro vigente disponível em www.mapa.turismo.gov.br, receberá automaticamente 01 (um) ponto extra, além da pontuação prevista no item 9.3, até o limite de 100 (cem) pontos.

9.9 Proposta apresentada por Instância de Governança Regional de Turismo certificada, em conformidade com o Decreto nº 4095-R/2017 e a Portaria nº 006-R de 24 de julho de 2019, receberá automaticamente 02 (dois) pontos extra, além da pontuação prevista no item 9.3, até o limite de 100 (cem) pontos.

9.10 Serão automaticamente eliminadas as propostas:

- a) Cujas pontuação total for inferior a 50,00 (cinquenta) pontos;
- b) Que recebam nota “zero” em qualquer critério de julgamento (A) ou (B);
- c) Que estejam incompletas.

9.11 Para efeito de classificação, verificada a igualdade de pontuação obtida por duas ou mais instituições, será feito o desempate, observados os seguintes critérios nesta ordem:

- a) A OSC que apresentar o Certificado de Reconhecimento, em conformidade com o Decreto nº 4095-R/2017 e a Portaria nº 006-R de 24 de julho de 2019, como Instância de Governança Regional Turismo da Região alvo de sua(s) propostas(s);
- b) A OSC que atuar como Instância de Governança Regional do Turismo da Região alvo de sua(s) propostas(s);
- c) A maior nota obtida no critério I - Proposta/Projeto;
- d) O maior tempo de existência da entidade.

9.12 O resultado preliminar do processo de seleção, apurado pela Comissão de

Seleção, consignado em ata, com indicação do nome do proponente e título da proposta, será publicado no site da SETUR (www.setur.es.gov.br/editais), após publicação do Aviso de Resultado no Diário Oficial do Estado.

10. DOS RECURSOS

- 10.1 Poderá ser interposto recurso do resultado preliminar do processo de seleção, no prazo máximo de 05 (cinco) dias corridos, a contar da publicação do mesmo no site da SETUR (www.setur.es.gov.br/editais).
- 10.1.1 O recurso deverá ser interposto exclusivamente via E-Docs (www.acessocidadao.es.gov.br), dentro do prazo final estabelecido neste edital, através do formulário constante no ANEXO IV.
- 10.2 O proponente deverá ser claro, consistente e objetivo em seu pleito, devendo constar, minimamente, a exposição dos fatos e do direito, bem como as razões do pedido de reavaliação ou anulação da decisão.
- 10.3 Todos os recursos serão analisados individualmente pela Comissão de Seleção e as respostas serão divulgadas no site da SETUR (www.setur.es.gov.br/editais), no prazo de até 03 (três) dias corridos.
- 10.4 Em nenhuma hipótese será aceito pedido de revisão de recurso ou recurso do resultado oficial definitivo.

11. DO RESULTADO FINAL E DA HOMOLOGAÇÃO

- 11.1 O resultado final, homologado pelo Secretário de Estado do Turismo, será divulgado no Diário Oficial do Estado do Espírito Santo e no site da SETUR (www.setur.es.gov.br/editais).
- 11.2 A classificação das propostas e a homologação do resultado não garante ou gera direito à celebração do termo de fomento entre as partes, tendo em vista ser o presente edital de chamamento público apenas uma das etapas exigidas pela Lei n.º 13.019/2014, alterada pela Lei n.º 13.204/2015, para efetivação de parceria.

12. DO CRONOGRAMA DE ATIVIDADES

FASE	PRAZO
a) Publicação do Edital de Chamamento Público.	07 de agosto de 2023
b) Envio das propostas/Planos de Trabalho pelas OSCs.	07 de agosto a 08 de setembro de 2023
c) Etapa competitiva de avaliação das propostas pela Comissão de Seleção.	09 a 15 de setembro de 2023
d) Divulgação do resultado preliminar.	15 de setembro de 2023
e) Interposição de recursos contra o resultado preliminar.	15 a 19 de setembro de 2023
f) Análise dos recursos pela Comissão de Seleção (se houver).	20 a 22 de setembro de 2023
g) Homologação e publicação do resultado final.	22 de setembro de 2023

12.1. O presente cronograma, poderá ser alterado, em caso de necessidade da Administração Estadual, para realização de procedimentos de análise e habilitação, oportunidade em que será republicado no Diário Oficial do Estado do Espírito Santo e no site da SETUR.

13. DO TERMO DE FOMENTO

13.1 A formalização da parceria entre a SETUR e as Organizações da Sociedade Civil eventualmente selecionadas de acordo com os critérios estabelecidos neste Edital se dará por meio de Termo de Fomento, a serem firmados individualmente com cada instituição.

13.2 Para a celebração do termo de fomento, a SETUR convocará a OSC selecionada para, no prazo de até 05 (cinco) dias corridos, a contar da data de publicação do ato de convocação no Diário Oficial do Estado e no site da SETUR, apresentar a documentação exigida, nos termos da Lei nº 13.019/14 para

celebração do termo de fomento.

13.3 As Organizações da Sociedade Civil selecionadas deverão apresentar os documentos relacionados no ANEXO II deste Edital, que serão exigidos para a formalização dos Termos de Fomento, bem como deverão reapresentar, caso seja necessário e exigido pela Secretaria de Estado do Turismo, os documentos citados no item 6 do presente Edital.

13.3.1 As cópias de documentos apresentadas deverão ser legíveis.

13.3.2 As cópias de documentos consideradas inelegíveis não serão aceitas.

13.3.3 Não serão aceitos documentos com prazos de validade vencidos.

13.4 A vigência do Termo de Fomento será conforme cronograma previsto no plano de trabalho até o limite de 01 (um) ano a partir da publicação do extrato do Termo no Diário Oficial.

13.5 A vigência da parceria poderá ser alterada mediante solicitação da organização da sociedade civil, devidamente formalizada e justificada, a ser apresentada à administração pública em, no mínimo, trinta dias antes do termo inicialmente previsto, ou de ofício pela SETUR.

14. DOS RECURSOS FINANCEIROS, DA FONTE ORÇAMENTÁRIA E DOS VALORES

14.1 Os recursos financeiros para a execução do disposto no objeto deste Edital correrão à conta do Programa de Trabalho: 10.37.101.23.695.0113.2255 - Gestão para o Desenvolvimento do Turismo - Fonte de recursos: 01500000000 (Recursos não vinculados de impostos) - Natureza de Despesa: 3.3.50.41 - Contribuições, do orçamento da SETUR para o exercício de 2023.

14.2 O valor total do presente chamamento público é de R\$ 600.000,00 (seiscentos mil reais), para o exercício de 2023, para a celebração de quantos termos de fomento se julgar oportuno e conveniente para a Administração, até o limite do valor total.

14.3 O apoio da SETUR será de até R\$ 100.000,00 (cem mil reais) para cada proposta aprovada pela Comissão de Seleção.

14.4 As parcelas dos recursos transferidos no âmbito da parceria serão liberadas em estrita conformidade com o respectivo cronograma de desembolso, exceto nos casos, nos quais ficarão retidas até o saneamento das impropriedades, conforme legislação.

15. DA PRESTAÇÃO DE CONTAS DA PARCERIA FIRMADA

15.1 A prestação de contas e comprovação das despesas deverá seguir os procedimentos previstos nos artigos 63 a 72 da Lei n.º 13.019/2014, alterada pela Lei nº 13.204/2015.

16. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

16.1 Os proponentes contemplados que estiverem inadimplentes com a SETUR ou com a Administração Pública Estadual não poderão receber os recursos previstos no presente Edital de Seleção, hipótese em que serão desclassificados.

16.2 A utilização do brasão do Governo do Estado do Espírito Santo – Secretaria de Turismo, juntamente com o logo do Descubra o ES, nos materiais publicitários decorrentes da execução do Termo de Fomento é obrigatória, cabendo a apresentação dos mesmos para aprovação da SETUR.

16.3 Os proponentes contemplados pelo presente Edital deverão utilizar os recursos financeiros recebidos exclusivamente em despesas pertinentes à execução das propostas contemplada.

16.4 A apresentação de proposta pela OSC implicará a concordância plena e integral dos termos deste Edital, seus anexos, eventuais alterações e legislação vigente.

16.5 As impugnações e os pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no presente Termo. As respostas às impugnações e os esclarecimentos prestados serão juntados aos autos do processo de Chamamento Público e estarão disponíveis para consulta por qualquer interessado.

16.6 Eventual modificação no presente instrumento, decorrente das impugnações

- ou dos pedidos de esclarecimentos, ensejará divulgação pela mesma forma que se deu o texto original, alterando-se o prazo inicialmente estabelecido somente quando a alteração afetar a formulação das propostas ou o princípio da isonomia.
- 16.7 A OSC convocada pela SETUR para celebração do Termo de Fomento deverá abrir conta específica no Banco do Estado do Espírito Santo – BANESTES, antes da formalização do Termo.
- 16.8 Os casos omissos deste Edital serão resolvidos pela Comissão de Seleção juntamente com o Secretário de Estado do Turismo.
- 16.9 Firmadas as parcerias, as OSCs serão responsáveis por quaisquer danos ou prejuízos provenientes da execução do objeto do termo de fomento, correndo às suas expensas as despesas para reparação de danos.
- 16.10 A SETUR fica reservado o direito de prorrogar, revogar ou anular o presente Edital, havendo motivos ou justificativas para tais procedimentos devidamente apresentados nos autos do processo de origem.
- 16.11 A todo cidadão fica reservado o direito de impugnação deste edital, mediante apresentação de justificativa fundamentada, devendo protocolar o pedido até 5 (cinco) dias úteis antes do encerramento do prazo de recebimento de propostas, devendo a Administração julgar e responder à impugnação em até 3 (três) dias úteis.
- 16.12 Fica eleito o foro do Juízo de Vitória - Comarca da capital do Estado do Espírito Santo, com renúncia expressa a outros, por mais privilegiados que forem, para dirimir dúvidas decorrentes do presente instrumento, que não puderem ser resolvidas administrativamente.
- 16.13 Antes de qualquer providência jurisdicional visando solucionar dúvida quanto à interpretação do presente instrumento, deverão os partícipes buscar solução administrativa, com a participação da Procuradoria Geral do Estado, por intermédio de um ou mais meios de solução consensual de conflitos previstos na Lei Complementar Estadual nº 1.011/2022

Vitória, 04 de agosto de 2023.



Weverson Valcker Meireles
Secretário de Estado do Turismo

ANEXO I - MODELO DE PLANO DE TRABALHO PARA PROPOSTAS APROVADAS

PLANO DE TRABALHO

(Artigo 22 da Lei 13.019/2014, alterada pela Lei 13.204/2015)

1. NOME DA PROPOSTA

--

2. DADOS DA ENTIDADE

Nome da instituição:

CNPJ:

Endereço:

Bairro:

Cidade:

Estado:

CEP:

Conta Corrente:

Agência:

Banco:

Telefone(s) com

Fax:

Página na internet (home page):

DDD:

Endereço eletrônico (e-mail):

2.1. RESPONSÁVEL PELA INSTITUIÇÃO (quem assinará o instrumento jurídico).

Cargo:

Mandato:

Início

Término

(dd/mm/aaaa):

(dd/mm/aaaa):

CPF:

Identidade/Órgão Expedidor:

Endereço:

Bairro:

Cidade:

Estado:

CEP:

Telefone(s) com DDD:

Endereço eletrônico (e-mail):

3. RESPONSÁVEL TÉCNICO PELA PROPOSTA

Nome completo:

CPF:

Identidade/Órgão Expedidor:

Telefone(s) com DDD:

Endereço eletrônico (e-mail):

Formação:

4. OUTROS PARTICIPEIS (indicar se existem outros parceiros para execução deste projeto).



GOVERNO DO ESTADO
DO ESPÍRITO SANTO
Secretaria do Turismo

Se houver, incluir os dados de identificação).			
Nome da instituição:			
CNPJ:			
Endereço:			
Bairro:	Cidade:	Estado:	CEP:
Telefone(s) com DDD:	Fax:	Página na internet (home page):	
Endereço eletrônico (e-mail):			

5. HISTÓRICO DA INSTITUIÇÃO (demonstrativo que a entidade atua na atividade turística).
TEXTO EXPLICATIVO: indicar para qual propósito a entidade foi criada, há quanto tempo ela existe, quais ações ela já realizou para o desenvolvimento da atividade turística, quais parcerias já firmou, etc.....

6. DESCRIÇÃO DA PROPOSTA (descrição da realidade que será objeto da parceria, devendo ser demonstrado o nexo entre essa realidade e as atividades ou projetos e metas a serem atingidas (Artigo 22, Inciso I, Lei Nº 13.019/2014).	
PREVISÃO DE INÍCIO E FIM DA EXECUÇÃO DO PROJETO (as datas de início e término abaixo dizem respeito à vigência da parceria. Observar que devem ser propostas datas possíveis de serem executadas, considerando as etapas para realização das ações que serão desenvolvidas na proposta).	
Início (dd/mm/aaaa):	Término (dd/mm/aaaa):
OBJETO DA PROPOSTA (o que será de fato executado com o recurso da parceria).	
TEXTO EXPLICATIVO: os exemplos mais comuns são “aquisição de...” e “contratação de serviço de...”.	
LOCAL(IS) DE EXECUÇÃO DA PROPOSTA (deve(m) ser apresentado(s) o(s) local(is) exato(s) de realização das atividades do projeto).	
PÚBLICO-ALVO (identificar público a ser atingido, o alcance territorial, o grau de acesso e interação com o projeto, bem como as medidas de acessibilidade).	

<p>TEXTO EXPLICATIVO: deverá indicar quem se pretende que compareça ao evento, se o evento será gratuito ou pago, se terá a possibilidade de acessar por plataformas online como Youtube, Instagram e etc, como serão as medidas de acessibilidade como rampas, tradutor de LIBRAS...</p>	
<p>JUSTIFICATIVA (descrever a realidade que será o objeto da parceria, devendo ser demonstrado o nexo entre essa realidade e as atividades ou propostas e metas a serem atingidas. Apresentar justificativa de forma clara, destacando os principais pontos que embasam a parceria com a SETUR para a realização da proposta, o interesse público envolvido na realização da proposta, o impacto social que se pretende alcançar, o comprometimento da instituição com o Plano Estadual de Turismo, a ligação do plano com as ações para divulgação do turismo capixaba. Diagnosticar a realidade que se quer modificar, aprimorar ou desenvolver e, quando possível, indicação da viabilidade, dos custos, dos benefícios e dos prazos da ação pretendida)</p>	
<p>OBJETIVOS</p>	
<p>Objetivo Geral (afirmação capaz de demonstrar a transformação que a proposta pretende alcançar)</p>	
Objetivos Específicos	Passos estratégicos para que o objetivo geral possa ser alcançado
(devem apresentar detalhadamente o objetivo geral, relacionando com os resultados a serem atingidos):	
<p>METAS (identificar e quantificar metas, produtos e resultados esperados de modo a permitir a verificação de cumprimento da proposta) (Descrição de metas a serem atingidas e de atividades ou projetos a serem executados (Artigo 22, Inciso II, Lei Nº 13.019/2014).</p>	
<p>TEXTO EXPLICATIVO: deverá ser descrito em tópicos os itens que serão utilizados e/ou ações que serão desenvolvidos para que o objeto seja cumprido. Devem ser possíveis de serem quantificados e verificados.</p>	
<p>METODOLOGIA DE AVALIAÇÃO (definir os indicadores, documentos e outros meios a serem realizados para aferição do cumprimento das metas) (Definição dos parâmetros a serem utilizados para a aferição do cumprimento das metas (Artigo 22, Inciso III, Lei Nº 13.019/2014).</p>	

TEXTO EXPLICATIVO: deverá ser descrito quais ferramentas a entidade irá utilizar para avaliar o cumprimento do objeto da parceria.

METODOLOGIA DE TRABALHO (explicar como a proposta será desenvolvido, detalhar as diferentes etapas a serem implementadas)

(Forma de execução das atividades ou dos projetos e de cumprimento das metas a eles atreladas (Artigo 22, Inciso IV, Lei Nº 13.019/2014).

VALOR TOTAL DA PROPOSTA (indicar o valor, em R\$, da proposta, na totalidade de custos abrangidos. Sinalizar apenas o valor total, sem a necessidade de indicar, neste campo, a descrição de cada custo)

VALOR SOLICITADO À SETUR (indicar o valor, em R\$, solicitado à Secretaria de Estado do Turismo. Sinalizar apenas o valor pretendido, sem a necessidade de indicar, neste campo, a descrição de cada custo que compõe o valor a ser solicitado)

7. CRONOGRAMA DE ATIVIDADES

Ações	Mês 01	Mês 02	Mês 03	Mês 04	Mês 05	Mês 06	Mês 07	Mês 08	Mês 09	Mês 10	Mês 11	Mês 12

8. PREVISÃO DE RECEITAS

(Previsão de receitas e de despesas a serem realizadas na execução das atividades ou dos projetos abrangidos pela parceria (Artigo 22, Inciso II-A, Lei Nº 13.019/2014).

ORIGEM DO RECURSO	VALOR (R\$)
TOTAL	

9. CRONOGRAMA DE EXECUÇÃO

(Previsão de receitas e de despesas a serem realizadas na execução das atividades ou dos projetos



GOVERNO DO ESTADO
DO ESPÍRITO SANTO

Secretaria do Turismo

abrangidos pela parceria (Artigo 22, Inciso II-A, Lei Nº 13.019/2014).

Meta	Etapa / Fase	Especificação da Despesa (Descrever os itens da proposta)	Indicador Físico				Duração	
			Unidade	Qtd	Valor Unitário	Valor Total	Início (dd/mm / aaaa)	Término (dd/mm / aaaa)

10. PLANO DE APLICAÇÃO (R\$ 1,00)

Natureza da Despesa		Total	Concedente	Proponente
Código	Especificação			
33.50.41	Transferências a Instituições Privadas sem Fins Lucrativos			
Total Geral				

11. CRONOGRAMA DE DESEMBOLSO (R\$ 1,00)

ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA ESTADUAL

Meta	Janeiro	Fevereiro	Março	Abril	Maio	Junho
1						
Meta	Julho	Agosto	Setembro	Outubro	Novembro	Dezembro
1						

ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL

Meta	Janeiro	Fevereiro	Março	Abril	Maio	Junho
1						
Meta	Julho	Agosto	Setembro	Outubro	Novembro	Dezembro
1						

12. DECLARAÇÃO

Na qualidade de representante legal do proponente, declaro, para fins de prova junto



GOVERNO DO ESTADO
DO ESPÍRITO SANTO

Secretaria do Turismo

à Secretaria de Estado do Turismo – SETUR, para os efeitos e sob as penas da Lei, que inexistem débitos de qualquer natureza junto a quaisquer órgãos ou Entidades da Administração Pública Estadual, que impeçam a transferência de recursos oriundos de dotações consignados no Orçamento do Estado do Espírito Santo, na forma deste Plano de Trabalho.

Em ____ de _____ de 202__.

Representante Legal

Obs.:

1. Todas as páginas do Plano de Trabalho devem ser em papel timbrado da Organização da Sociedade Civil, bem como rubricadas.
2. As observações em vermelho deverão ser apagadas antes de assinar e apresentar o Plano de Trabalho à SETUR.

ANEXO II - RELAÇÃO DE DOCUMENTOS NECESSÁRIOS PARA A FORMALIZAÇÃO DO TERMO DE FOMENTO

(APÓS APROVAÇÃO NO CHAMAMENTO)

ITEM	DOCUMENTOS NECESSÁRIOS À FORMALIZAÇÃO DO TERMO DE FOMENTO
CERTIDÕES (Art. 34, inciso II da Lei Nº 13.019/2014)	
1.	Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT.
2.	Certidão Conjunta Negativa de Tributos Federais relativos às contribuições previdenciárias e às de terceiros.
3.	Certidão Negativa emitida pela Fazenda Pública Estadual.
4.	Certidão Negativa Municipal.
5.	Certificado de Regularidade do FGTS.
6.	Certidão Negativa de Inadimplência no Sistema Integrado de Gestão das Finanças Públicas do Espírito Santo – SIGEFES (HTTP://app.sefaz.es.gov.br/CertidaoSigefes/).
7.	Certidão CADIN Estadual – Cadastro Informativo de Créditos não Quitados. ATENÇÃO: A certidão do CADIN será emitida pela própria SETUR, não sendo necessária sua apresentação pela Entidade. Solicita-se, porém, que a Organização Social tenha ciência da sua regularidade perante o órgão da Receita Estadual.
8.	Certidão do contador responsável pela Entidade e respectiva cópia da certidão de regularidade do Conselho Regional de Contabilidade, e cópia do cartão do CRC.
JURÍDICOS (Art. 34, incisos III; V; VI e VII; Art. 51 da Lei Nº 13.019/2014)	
10.	Cópia do Estatuto da Entidade, registro atual e cópia de todas as alterações anteriores, no qual conste expressamente os requisitos do Art. 33, incisos I, III e IV, da Lei 13.019/2014.
11.	Cópia da ata que elegeu a atual diretoria, e cópia de todas as alterações

	anteriores.
12.	Cartão de CNPJ da Entidade, emitido pela Receita Federal do Brasil.
13.	Relação nominal atualizada dos dirigentes de Entidade, com endereço, número e órgão expedidor da carteira de identidade e número de registro no Cadastro de Pessoas Físicas – CPF da Receita Federal do Brasil – RFB de cada um deles.
14.	Comprovação de que a organização da sociedade civil funciona no endereço por ela declarado (exemplo: conta de água, luz, telefone, internet ou contrato de locação).
15.	Cópia dos documentos do responsável pela Entidade (RG, CTPS, CNH) com competência para firmar Termo de Colaboração/Fomento com órgão público. Em caso de Procurador, deverá ser juntada procuração dando plenos poderes para representar a Entidade. O Procurador deverá apresentar os mesmos documentos requeridos ao Presidente.
16.	Comprovante de abertura de conta específica para o Termo de Parceria solicitado, mediante apresentação de extrato bancário zerado.
17.	Apresentar as demonstrações contábeis do último exercício, e relatório de aprovação de contas, assinado pelo representante legal e por profissional registrado no CRC-ES.
DECLARAÇÕES (modelos anexos)	
18.	Declaração de comprovação de endereço.
19.	Declaração de adimplência com o poder público firmada pelo representante legal da Organização Social, de que não se encontra em nenhuma das situações de impedimento tipificadas no Art. 39 da Lei 13.019/2014.
20.	Declaração de regularidade perante o TCU e o TCE.
21.	Declaração de início de atividades.
22.	Declaração de requisitos estatutários, de acordo com o Art. 33 da Lei 13.019/2014.
23.	Declaração de atendimento às vedações previstas no Art. 39 da Lei 13.019/2014.

24.	Declaração referente ao parentesco de Conselheiros e Diretores.
25.	Declaração do gestor responsável pelo controle administrativo, financeiro e de execução de parceria.
26.	Declaração de capacidade administrativa, técnica e gerencial para a execução do plano de trabalho, firmada pelo representante legal da organização, de que possui instalações, condições materiais e capacidade técnica e operacional para o desenvolvimento das atividades ou propostas previstas na parceria e o cumprimento das metas estabelecidas, caso seja necessário à execução do objeto pactuado quando for o caso: *certidão de matrícula do imóvel em nome da Organização Social; *contrato de locação do imóvel em nome da Organização Social, instrumento de concessão de direito real de uso.
27.	Declaração de comprometimento de aplicação dos recursos financeiros conforme Art. 51 da Lei 13.019/2014.
28.	Declaração de Compatibilidade de Preços, assinada pelo representante legal da OSC e carimbada.
29.	Declaração de Desembolso em Parcela Única, caso ocorra.
30.	Declaração de Publicidade aos Recursos Públicos, da divulgação da parceria na internet.
TÉCNICOS	
3.1	Ofício de encaminhamento com proposta de celebração da parceria, em versão original, datado e assinado, encaminhando ao titular da Secretaria, e contendo: a) Identificação precisa do objeto; b) A devida justificativa do interesse público; c) A convergência de interesses com a SETUR.
32.	Plano de Trabalho devidamente preenchido conforme termos do Art. 22 da Lei 13.019/2014 e assinado pelo representante legal (Modelo Anexo I).
33.	Modelo de currículo dos profissionais e integrantes da Organização Social.
34.	Comprovação de experiência prévia na realização, com efetividade, do



GOVERNO DO ESTADO
DO ESPÍRITO SANTO

Secretaria do Turismo

	<p>objeto da parceria ou de natureza semelhante:</p> <p>*atestados de experiência emitidos por organizações/órgãos públicos para os quais realizou ações semelhantes contendo a descrição do trabalho realizado de forma pormenorizada, o número de beneficiários, bem como os resultados alcançados.</p> <p>*notícias veiculadas na mídia em diferentes suportes sobre atividades desenvolvidas.</p>
35.	Pesquisa prévia de mercado – no mínimo 3 (três) orçamentos para cada item descrito no plano de trabalho, assinados e com carimbo da empresa que forneceu o orçamento.
36.	Mapa Comparativo de Preços.

ANEXO III

MODELO – DECLARAÇÃO DE CIÊNCIA E CONCORDÂNCIA

Eu, (nome completo), (nacionalidade), (estado civil), (profissão), portador da carteira de identidade nº _____, expedida pelo _____ em ___/___/___, inscrito no CPF/MF sob o nº _____, residente e domiciliado na Cidade de _____ - ES, à _____ (endereço completo), na qualidade de representante legal da Entidade (razão social da Entidade) (qualificação completa da Entidade), DECLARO, para fins de direito, sob as penas da lei, e em atendimento ao Chamamento Público para seleção da Proposta para_, que todas as informações prestadas no âmbito do referido Edital, bem como todos os documentos que apresento para inscrição no processo seletivo são verdadeiros e autênticos (ou estão condizentes com a realidade dos fatos à época). Outrossim, declaro:

- 1) Que até a presente data inexistem fatos impeditivos para habilitação no presente Chamamento Público, estando ciente da obrigatoriedade de comunicar quaisquer ocorrências posteriores;
- 2) Que, em relação às certidões fiscais:

() Tenho ciência de que as certidões fiscais deverão estar válidas no dia da captura no sistema E-Docs, conforme disposto no Edital, caso o(s) Projeto(s) seja(m) aprovado(s) e a OSC seja convocada a firmar Termo de Fomento.

Por ter plena ciência e concordância com todos os termos do Edital do Chamamento Público, com os quais concordo, solicito a inscrição da Proposta ora apresentada e fico ciente, através desse documento, que a falsidade dessa declaração configura crime previsto no Código Penal Brasileiro, e passível de apuração na forma da Lei.

Nada mais a declarar, e ciente das responsabilidades pelas declarações prestadas, firmo a presente.

(cidade/ES), _____ de _____ de 2023.

Assinatura do representante da Entidade

ANEXO V - MODELO DE TERMO DE COLABORAÇÃO/FOMENTO

Termo de Colaboração/Termo de Fomento n.º ____/20____
Processo Administrativo n.º _____

TERMO DE COLABORAÇÃO/TERMO DE FOMENTO QUE ENTRE SI CELEBRAM O ESTADO DO ESPÍRITO SANTO (ou entidade da Administração Indireta), POR INTERMÉDIO DO _____ E A/O (ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL), TENDO POR OBJETO _____, NOS TERMOS ESTABELECIDOS NO PRESENTE INSTRUMENTO E NO PLANO DE TRABALHO.

O ESTADO DO ESPÍRITO SANTO, por intermédio do(a) _____, inscrito(a) no CNPJ sob nº _____, com sede _____, doravante denominada ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA ESTADUAL, neste ato representada pelo(a) (autoridade competente), e a(o) (organização da sociedade civil), inscrita(o) no CNPJ sob nº _____, com sede _____, doravante denominada(o) ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL, representada(o) pelo(a) (cargo do representante legal da organização da sociedade civil, seguido da respectiva qualificação), resolvem celebrar o presente **Termo de Colaboração/Fomento**, regendo-se pelo disposto na Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000, nas correspondentes Lei de Diretrizes Orçamentárias e Lei Orçamentária Anual, na Lei nº 13.019, de 31 de julho de 2.014, consoante o processo administrativo nº _____ e mediante as cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1 – O presente **Termo de Colaboração/Fomento**, decorrente de chamamento público _____, tem por objeto _____, conforme detalhado no Plano de Trabalho, Anexo I.

1.1.1 – O Plano de Trabalho, previsto no Anexo I, é parte integrante desse Termo, delimita os objetivos gerais e específicos, bem como define as metas e prevê o cronograma e as diretrizes das ações necessárias à consecução do objeto desse Acordo, conforme estabelecido no artigo 42, parágrafo único da Lei nº 13.019/14.

1.2 – Não poderão ser destinados recursos para atender a despesas vedadas pela respectiva Lei de Diretrizes Orçamentárias.

1.3 – É vedada a execução de atividades que tenham por objeto, envolvam ou incluam, direta ou indiretamente:

I – delegação das funções de regulação, de fiscalização, do exercício do poder de polícia ou de outras atividades exclusivas do Estado;

II – prestação de serviços ou de atividades cujo destinatário seja o aparelho administrativo do Estado.

Nota Explicativa 1: Excluir a menção ao chamamento público na hipótese em que a norma dispensar esse procedimento. Sobre as causas que excepcionam o chamamento público, ver os arts. 30 a 32 da Lei n.º 13.019, de 2014, e a Lei de Diretrizes Orçamentárias do exercício vigente.

Nota Explicativa 2: Em relação ao prévio chamamento público, observar as disposições contidas nos

arts. 23 a 32 da Lei n.º 13.019, de 2014.

CLÁUSULA SEGUNDA – DAS OBRIGAÇÕES

2.1 – São obrigações dos Partícipes:

I – DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA ESTADUAL:

a) fornecer manuais específicos de prestação de contas às organizações da sociedade civil por ocasião da celebração das parcerias, informando previamente e publicando em meios oficiais de comunicação às referidas organizações eventuais alterações no seu conteúdo;

b) emitir relatório técnico de monitoramento e avaliação da parceria e o submeter à comissão de monitoramento e avaliação designada, que o homologará, independentemente da obrigatoriedade de apresentação da prestação de contas devida pela organização da sociedade civil;

c) realizar, nas parcerias com vigência superior a um ano, pesquisa de satisfação com os beneficiários do plano de trabalho e utilizar os resultados como subsídio na avaliação da parceria celebrada e do cumprimento dos objetivos pactuados, bem como na reorientação e no ajuste das metas e atividades definidas;

d) liberar os recursos por meio de transferência eletrônica e em obediência ao cronograma de desembolso, que guardará consonância com as metas, fases ou etapas de execução do objeto do **Termo de Colaboração/Fomento**;

e) viabilizar o acompanhamento pela internet dos processos de liberação de recursos;

f) divulgar pela internet os meios de representação sobre a aplicação irregular dos recursos envolvidos na parceria;

g) promover o monitoramento e a avaliação do cumprimento do objeto da parceria;

h) designar um gestor da parceria e, na hipótese de esse deixar de ser agente público ou ser lotado em outro órgão ou entidade, o administrador público deverá designar novo gestor, assumindo, enquanto isso não ocorrer, todas as obrigações do gestor, com as respectivas responsabilidades;

i) manter, em seu sítio oficial na internet, a relação das parcerias celebradas e dos respectivos planos de trabalho, até cento e oitenta dias após o respectivo encerramento;

j) colaborar com as ações e os projetos executados ou viabilizadas pela organização da sociedade civil e, se possível, auxiliar na elaboração das metodologias e da indicação das metas;

k) apoiar tecnicamente e institucionalmente a OSC para boa execução, expansão e fortalecimento das ações e/ou projetos implementados por meio desta parceria;

l) apoiar a divulgação das ações e dos projetos implementadas por meio desta parceria;

m) instaurar tomada de contas antes do término da parceria, ante a constatação de evidências de irregularidades na execução do objeto da parceria.

Nota Explicativa 3: Nesta cláusula podem ser acrescidas obrigações intrínsecas às peculiaridades do objeto pactuado.

II – DA ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL:

a) manter escrituração contábil regular;

b) prestar contas dos recursos recebidos por meio deste **Termo de Colaboração/Fomento**;

c) manter e movimentar os recursos na conta bancária específica, observado o disposto no art. 51 da Lei nº 13.019/2014;

d) dar livre acesso dos servidores dos órgãos ou das entidades públicas repassadoras dos recursos, do controle interno e do Tribunal de Contas correspondentes aos processos, aos documentos, às informações referentes aos instrumentos de transferências regulamentados pela Lei nº 13.019, de 2014, bem como aos locais de execução do objeto;

e) responder exclusivamente pelo gerenciamento administrativo e financeiro dos recursos recebidos, inclusive no que diz respeito às despesas de custeio, de investimento e de pessoal;

f) responder exclusivamente pelo pagamento dos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais relacionados à execução do objeto previsto no **Termo de Colaboração/Fomento**, não implicando responsabilidade solidária ou subsidiária da administração pública a inadimplência da organização da sociedade civil em relação ao referido pagamento, os ônus incidentes sobre o objeto da parceria ou os danos decorrentes de restrição à sua execução;

g) disponibilizar ao cidadão, na sua página na internet ou, na falta desta, em sua sede, consulta ao extrato deste **Termo de Colaboração/Fomento**, contendo, pelo menos, o objeto, a finalidade e o detalhamento da aplicação dos recursos.

h) divulgar na internet e em locais visíveis de suas sedes sociais e dos estabelecimentos em que exerça suas ações todas as parcerias celebradas com o poder público, contendo, no mínimo, as informações requeridas no parágrafo único do art. 11 da Lei nº 13.019/2014;

III – DO GESTOR DA PARCERIA:

a) acompanhar e fiscalizar a execução da parceria;

b) informar ao seu superior hierárquico a existência de fatos que comprometam ou possam comprometer as atividades ou metas da parceria e de indícios de irregularidades na gestão dos recursos, bem como as providências adotadas ou que serão adotadas para sanar os problemas detectados;

c) emitir parecer técnico conclusivo de análise da prestação de contas final, levando em consideração o conteúdo do relatório técnico de monitoramento e avaliação;

d) disponibilizar materiais e equipamentos tecnológicos necessários às atividades de monitoramento e avaliação.

CLÁUSULA TERCEIRA – DOS RECURSOS FINANCEIROS

3.1 – O montante total de recursos a serem empregados na execução do objeto do presente **Termo de Colaboração/Fomento** é de R\$ _____ (por extenso).

3.2 – A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA ESTADUAL transferirá, para execução do **Termo de Colaboração/Fomento**, recursos no valor de R\$ _____ (por extenso), correndo a despesa à conta da dotação orçamentária _____, UG _____, Gestão _____, conforme discriminação abaixo:

Fonte: _____ ED: _____ - R\$ _____

3.3 – A ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL se obriga a aplicar na consecução dos fins pactuados por este **Termo de Colaboração/Fomento**, a título de contrapartida, recursos próprios no importe de R\$ _____ (por extenso).

(Manter esse item somente se houver contrapartida financeira.)

OU

3.3 – A ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL se obriga a aplicar, na consecução dos fins pactuados por este **Termo de Colaboração/Fomento**, R\$_____ (por extenso), relativamente à avaliação econômica dos bens/serviços dados a título de contrapartida.

(Manter esse item somente se houver contrapartida em bens/serviços.)

3.4 – A contrapartida em bens/serviços economicamente mensuráveis fica avaliada em R\$ (.....), e ficará gravada, com cláusula de inalienabilidade, no caso de bens móveis e imóveis, para a continuidade da execução do objeto após o término da vigência deste **Termo de Colaboração/Fomento**.

Nota Explicativa 4: A cláusula acima é aplicável na hipótese de existir contrapartida. Em caso negativo, esta cláusula deve ser integralmente excluída, renumerando-se as disposições subsequentes.

Nota Explicativa 5: A mensuração econômica de bens e serviços, no presente termo, deverá consolidar o valor total da avaliação. No plano de trabalho, deverá ser apresentado inventário dos bens/serviços individualmente avaliados.

CLÁUSULA QUARTA – DA TRANSFERÊNCIA E APLICAÇÃO DOS RECURSOS

4.1 – A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA ESTADUAL transferirá os recursos em favor da ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL, conforme o cronograma de desembolso contido no plano de trabalho, mediante transferência eletrônica sujeita à identificação do beneficiário final e à obrigatoriedade de depósito em sua conta bancária específica vinculada a este instrumento.

4.2 – É obrigatória a aplicação dos recursos deste **Termo de Colaboração/Fomento**, enquanto não utilizados, em caderneta de poupança de instituição financeira oficial, se a previsão do seu uso for igual ou superior a um mês; ou em fundo de aplicação financeira de curto prazo, ou operação de mercado aberto lastreada em título da dívida pública federal, quando sua utilização estiver prevista para prazos menores.

4.3 – Os rendimentos das aplicações financeiras serão, obrigatoriamente, aplicados no objeto do **Termo de Colaboração/Fomento** ou da transferência, estando sujeitos às mesmas condições de prestação de contas exigidos para os recursos transferidos.

4.4 – A ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL deverá observar na realização de gastos para a execução do objeto do presente termo a proporcionalidade entre os recursos transferidos e os recursos próprios a serem aplicados a título de contrapartida. (Manter esse item somente se houver contrapartida financeira)

4.5 – As receitas oriundas dos rendimentos da aplicação no mercado financeiro não poderão ser computadas como contrapartida, devida pela ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL. (Manter esse item somente se houver contrapartida.)

4.6 – As parcelas dos recursos transferidos no âmbito da parceria não serão liberadas e ficarão retidas nos seguintes casos:

I – quando houver evidências de irregularidade na aplicação de parcela anteriormente recebida;

II – quando constatado desvio de finalidade na aplicação dos recursos ou o inadimplemento da organização da sociedade civil em relação a obrigações estabelecidas no **Termo de Colaboração/Fomento**;

III – quando a organização da sociedade civil deixar de adotar sem justificativa suficiente as medidas saneadoras apontadas pela administração pública ou pelos órgãos de controle interno ou externo.

4.7 – Por ocasião da conclusão, denúncia, rescisão ou extinção da parceria, os saldos financeiros

remanescentes, inclusive os provenientes das receitas obtidas das aplicações financeiras realizadas, serão devolvidos à administração pública no prazo improrrogável de trinta dias, sob pena de imediata instauração de tomada de contas especial do responsável, providenciada pela autoridade competente da administração pública.

CLÁUSULA QUINTA – DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS

5.1 – O presente **Termo de Colaboração/Fomento** deverá ser executado fielmente pelos partícipes, de acordo com as cláusulas pactuadas e as normas de regência, respondendo cada uma pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

5.2 – Fica expressamente vedada a utilização dos recursos transferidos, sob pena de nulidade do ato e responsabilidade do agente ou representante da organização da sociedade civil, para:

I – realização de despesas a título de taxa de administração, de gerência ou similar;

II – finalidade diversa da estabelecida neste instrumento, ainda que em caráter de emergência;

III – realização de despesas em data anterior ou posterior à sua vigência;

IV – realização de despesas com taxas bancárias, com multas, juros ou correção monetária, inclusive, referentes a pagamentos ou recolhimentos fora dos prazos;

V – realização de despesas com publicidade, salvo as de caráter educativo, informativo ou de orientação social, das quais não constem nomes, símbolos ou imagens que caracterizem promoção pessoal de autoridades ou servidores públicos; e

VI – repasses como contribuições, auxílios ou subvenções às instituições privadas com fins lucrativos;

VII – pagar, a qualquer título, servidor ou empregado público com recursos vinculados à parceria, salvo nas hipóteses previstas em lei específica e na lei de diretrizes orçamentárias.

CLÁUSULA SEXTA – DA VIGÊNCIA E DA PRORROGAÇÃO DE PRAZO

6.1 – O presente **Termo de Colaboração/Fomento** vigorará a partir do primeiro dia seguinte ao da publicação de seu extrato na imprensa oficial até ____/____/____ (**indicar data certa - dd/mm/aaaa**), conforme prazo previsto no anexo Plano de Trabalho para a consecução de seu objeto.

6.2 – Sempre que necessário, mediante proposta da organização da sociedade civil, devidamente justificada e formulada, no mínimo, 30 (trinta) dias antes do seu término, e após o cumprimento das demais exigências legais e regulamentares, serão admitidas prorrogações do prazo de vigência do presente **Termo de Colaboração/Fomento**, que deverá ser formalizada por Termo Aditivo, sendo, nessa hipótese, dispensada a prévia análise jurídica da Procuradoria Geral do Estado.

6.3 – Caso haja atraso na liberação dos recursos financeiros, a administração pública estadual promoverá a prorrogação do prazo de vigência do presente **Termo de Colaboração/Fomento**, independentemente de proposta da organização da sociedade civil, limitado o prazo de prorrogação ao exato período do atraso verificado.

6.4 – Toda e qualquer prorrogação deverá ser formalizada por termo aditivo, a ser celebrado pelos partícipes antes do término da vigência do **Termo de Colaboração/Termo de Fomento** ou da última dilação de prazo, sendo expressamente vedada a celebração de termo aditivo com atribuição de vigência ou efeitos financeiros retroativos.

CLÁUSULA SÉTIMA – DO MONITORAMENTO, DO ACOMPANHAMENTO E DA FISCALIZAÇÃO

7.1 – A administração pública estadual designará um gestor, e respectivo suplente, responsável pelo acompanhamento e fiscalização da execução desta parceria, na forma do artigo 61 da Lei Federal nº 13.019/2014.

7.2 – Na hipótese de paralisação das atividades, a OSC deverá informar a administração pública estadual, através do(a) _____, no prazo máximo de _____, para que possam ser tomadas as devidas providências.

7.3 – O relatório técnico a que se refere o art. 59 da Lei n.º 13.019/2014, sem prejuízo de outros elementos, deverá conter:

I – descrição sumária das atividades e metas estabelecidas;

II – análise das atividades realizadas, do cumprimento das metas e do impacto do benefício social obtido em razão da execução do objeto até o período, com base nos indicadores estabelecidos e aprovados no plano de trabalho;

III – valores efetivamente transferidos pela administração pública;

IV – análise dos documentos comprobatórios das despesas apresentados pela organização da sociedade civil na prestação de contas, quando não for comprovado o alcance das metas e resultados estabelecidos no respectivo **Termo de Colaboração/Fomento**;

V – análise de eventuais auditorias realizadas pelos controles interno e externo, no âmbito da fiscalização preventiva, bem como de suas conclusões e das medidas que tomaram em decorrência dessas auditorias.

7.4 – Na hipótese de inexecução por culpa exclusiva da organização da sociedade civil, a administração pública poderá, exclusivamente para assegurar o atendimento de serviços essenciais à população, por ato próprio e independentemente de autorização judicial, a fim de realizar ou manter a execução das metas ou atividades pactuadas:

I – retomar os bens públicos em poder da organização da sociedade civil parceira, qualquer que tenha sido a modalidade ou título que concedeu direitos de uso de tais bens;

II – assumir a responsabilidade pela execução do restante do objeto previsto no plano de trabalho, no caso de paralisação, de modo a evitar sua descontinuidade, devendo ser considerado na prestação de contas o que foi executado pela organização da sociedade civil até o momento em que a administração assumiu essas responsabilidades.

CLÁUSULA OITAVA – DA PRESTAÇÃO DE CONTAS

8.1 – A prestação de contas apresentada pela organização da sociedade civil, deverá conter elementos que permitam ao gestor da parceria avaliar o andamento ou concluir que o seu objeto foi executado conforme pactuado, com a descrição pormenorizada das atividades realizadas e a comprovação do alcance das metas e dos resultados esperados, até o período de que trata a prestação de contas, a exemplo, dentre outros, das seguintes informações e documentos:

I – extrato da conta bancária específica;

II – notas e comprovantes fiscais, inclusive recibos, com data do documento, valor, dados da organização da sociedade civil e número do instrumento da parceria;

III – comprovante do recolhimento do saldo da conta bancária específica, quando houver;

IV – material comprobatório do cumprimento do objeto em fotos, vídeos ou outros suportes;

V – relação de bens adquiridos, produzidos ou construídos, quando for o caso; e

VI – lista de presença do pessoal treinado ou capacitado, quando for o caso.

Parágrafo Primeiro. Serão glosados valores relacionados a metas e resultados descumpridos sem justificativa suficiente.

Parágrafo Segundo. A organização da sociedade civil prestará contas da boa e regular aplicação dos recursos recebidos no prazo de até noventa dias a partir do término da vigência da parceria ou no final de cada exercício, se a duração da parceria exceder um ano.

8.2 – A prestação de contas relativa à execução do **Termo de Colaboração/Fomento** dar-se-á mediante a análise dos documentos previstos no plano de trabalho, bem como dos seguintes relatórios:

I – relatório de execução do objeto, elaborado pela organização da sociedade civil, contendo as atividades ou projetos desenvolvidos para o cumprimento do objeto e o comparativo de metas propostas com os resultados alcançados;

II – relatório de execução financeira do **Termo de Colaboração/Fomento**, com a descrição das despesas e receitas efetivamente realizadas e sua vinculação com a execução do objeto, na hipótese de descumprimento de metas e resultados estabelecidos no plano de trabalho.

8.3 – A Administração pública estadual considerará ainda em sua análise os seguintes relatórios elaborados internamente, quando houver:

I – relatório da visita técnica in loco realizada durante a execução da parceria;

II – relatório técnico de monitoramento e avaliação, homologado pela comissão de monitoramento e avaliação designada, sobre a conformidade do cumprimento do objeto e os resultados alcançados durante a execução do **Termo de Colaboração/Fomento**.

8.4 – Os pareceres técnicos do gestor acerca da prestação de contas, de que trata o art. 67 da Lei nº 13.019, de 2014, deverão conter análise de eficácia e de efetividade das ações quanto:

I – os resultados já alcançados e seus benefícios;

II – os impactos econômicos ou sociais;

III – o grau de satisfação do público-alvo;

IV – a possibilidade de sustentabilidade das ações após a conclusão do objeto pactuado.

8.5 – A manifestação conclusiva sobre a prestação de contas pela administração pública observará os prazos previstos na Lei nº 13.019, de 2014, devendo concluir, alternativamente, pela:

I – aprovação da prestação de contas;

II – aprovação da prestação de contas com ressalvas; ou

III – rejeição da prestação de contas e determinação de imediata instauração de tomada de contas especial.

8.6 – Constatada irregularidade ou omissão na prestação de contas, será concedido prazo para a organização da sociedade civil sanar a irregularidade ou cumprir a obrigação.

Parágrafo Primeiro. O prazo referido no caput é limitado a 45 (quarenta e cinco) dias por notificação, prorrogável, no máximo, por igual período, dentro do prazo que a administração pública possui para analisar e decidir sobre a prestação de contas e comprovação de resultados.

Parágrafo Segundo. Transcorrido o prazo para saneamento da irregularidade ou da omissão, não havendo o saneamento, a autoridade administrativa competente, sob pena de responsabilidade solidária, deve adotar as providências para apuração dos fatos, identificação dos responsáveis, quantificação do dano e obtenção do ressarcimento, nos termos da legislação vigente.

8.7 – A administração pública apreciará a prestação final de contas apresentada, no prazo de até cento e cinquenta dias, contado da data de seu recebimento ou do cumprimento de diligência por ela determinada, prorrogável justificadamente por igual período.

Parágrafo Único. O transcurso do prazo definido nos termos do caput sem que as contas tenham sido apreciadas:

I – não significa impossibilidade de apreciação em data posterior ou vedação a que se adotem medidas saneadoras, punitivas ou destinadas a ressarcir danos que possam ter sido causados aos cofres públicos;

II – nos casos em que não for constatado dolo da organização da sociedade civil ou de seus prepostos, sem prejuízo da atualização monetária, impede a incidência de juros de mora sobre débitos eventualmente apurados, no período entre o final do prazo referido neste parágrafo e a data em que foi ultimada a apreciação pela administração pública.

8.8 – As prestações de contas serão avaliadas:

I – regulares, quando expressarem, de forma clara e objetiva, o cumprimento dos objetivos e metas estabelecidos no plano de trabalho;

II – regulares com ressalva, quando evidenciarem impropriedade ou qualquer outra falta de natureza formal que não resulte em dano ao erário;

III – irregulares, quando comprovada qualquer das seguintes circunstâncias:

- a) omissão no dever de prestar contas;
- b) descumprimento injustificado dos objetivos e metas estabelecidos no plano de trabalho;
- c) dano ao erário decorrente de ato de gestão ilegítimo ou antieconômico;
- d) desfalque ou desvio de dinheiro, bens ou valores públicos.

8.9 – O administrador público responde pela decisão sobre a aprovação da prestação de contas ou por omissão em relação à análise de seu conteúdo, levando em consideração, no primeiro caso, os pareceres técnico, financeiro e jurídico, sendo permitida delegação a autoridades diretamente subordinadas, vedada a subdelegação.

8.10 – Quando a prestação de contas for avaliada como irregular, após exaurida a fase recursal, se mantida a decisão, a organização da sociedade civil poderá solicitar autorização para que o ressarcimento ao erário seja promovido por meio de ações compensatórias de interesse público, mediante a apresentação de novo plano de trabalho, conforme o objeto descrito no **Termo de Colaboração/Fomento** e a área de atuação da organização, cuja mensuração econômica será feita a partir do plano de trabalho original, desde que não tenha havido dolo ou fraude e não seja o caso de restituição integral dos recursos.

8.11 – Durante o prazo de 10 (dez) anos, contado do dia útil subsequente ao da prestação de contas, a organização da sociedade civil deve manter em seu arquivo os documentos originais que compõem a prestação de contas.

CLÁUSULA NONA – DAS ALTERAÇÕES

9.1 – A presente parceria poderá ser alterada a qualquer tempo, durante sua vigência, mediante assinatura de termo aditivo, devendo a solicitação ser encaminhada com antecedência mínima de 30 (trinta) dias em relação à data de término de sua vigência.

9.2 – Não é permitida a celebração de aditamento deste **Termo de Colaboração/Fomento** com alteração da natureza do objeto

9.3 – As alterações, com exceção das que tenham por finalidade meramente prorrogar o prazo de vigência do ajuste, deverão ser previamente submetidas à Procuradoria Geral do Estado, órgão ao qual deverão os autos ser encaminhados em prazo hábil para análise e parecer.

9.4 – É obrigatório o aditamento do presente instrumento, quando se fizer necessária a efetivação de alterações que tenham por objetivo a mudança de valor, das metas, do prazo de vigência ou a utilização de recursos remanescentes do saldo do **Termo de Colaboração/Fomento**.

9.5 – A atualização do Plano de Trabalho que objetive a adequação do cronograma ou de valores sem a alteração de metas poderá ser registrada por simples apostila, dispensando a celebração de aditamento conforme autoriza o art. 57 da Lei nº 13.019/14.

CLÁUSULA DÉCIMA – DAS RESPONSABILIZAÇÕES E DAS SANÇÕES

10.1 – Pela execução da parceria em desacordo com o plano de trabalho e com as normas da Lei nº 13.019, de 2014, e da legislação específica, a administração pública poderá, garantida a prévia defesa, aplicar à organização da sociedade civil parceira as seguintes sanções:

I – advertência;

II – suspensão temporária da participação em chamamento público e impedimento de celebrar parceria ou contrato com órgãos e entidades da esfera de governo da administração pública sancionadora, por prazo não superior a dois anos;

III – declaração de inidoneidade para participar de chamamento público ou celebrar parceria ou contrato com órgãos e entidades de todas as esferas de governo, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a organização da sociedade civil ressarcir a administração pública pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base no inciso II.

Parágrafo Único. As sanções estabelecidas nos incisos II e III são de competência exclusiva de Secretário Estadual, facultada a defesa do interessado no respectivo processo, no prazo de dez dias da abertura de vista, podendo a reabilitação ser requerida após dois anos de aplicação da penalidade.

10.2 – Prescreve em cinco anos, contados a partir da data da apresentação da prestação de contas, a aplicação de penalidade decorrente de infração relacionada à execução da parceria.

10.3 – A prescrição será interrompida com a edição de ato administrativo voltado à apuração da infração.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DOS BENS REMANESCENTES

11.1 – Para os fins deste ajuste, consideram-se bens remanescentes os de natureza permanente adquiridos com recursos financeiros envolvidos na parceria, necessários à consecução do objeto, mas que a ele não se incorporam.

11.2 – Para os fins deste Termo, equiparam-se a bens remanescentes os bens e equipamentos eventualmente adquiridos, produzidos, transformados ou construídos com os recursos aplicados em razão deste **Termo de Colaboração/Fomento**.

11.3 – Os bens remanescentes serão de propriedade da Organização da Sociedade Civil e gravados com cláusula de inalienabilidade, devendo a organização da sociedade civil formalizar promessa de transferência da propriedade à administração pública, na hipótese de sua extinção.

11.4 – Os bens remanescentes adquiridos com recursos transferidos poderão, a critério do administrador público, ser doados a outra Organização da Sociedade Civil que se proponha a fim igual ou semelhante ao da Organização donatária, quando, após a consecução do objeto, não forem necessários para assegurar a continuidade do objeto pactuado,

11.5 – Os bens doados ficarão gravados com cláusula de inalienabilidade e deverão, exclusivamente, ser utilizados para continuidade da execução de objeto igual ou semelhante ao previsto neste **Termo de Colaboração/Fomento**, sob pena de reversão em favor da Administração Pública.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA EXTINÇÃO

12.1 – O presente **Termo de Colaboração/Fomento** poderá ser:

I – denunciado a qualquer tempo, por escrito, ficando os partícipes responsáveis somente pelas obrigações e auferindo as vantagens do tempo em que participaram voluntariamente da avença, respeitado o prazo mínimo de 60 (sessenta) dias de antecedência para a publicidade dessa intenção;

II – rescindido, independente de prévia notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial, nas seguintes hipóteses:

- a) utilização dos recursos em desacordo com o Plano de Trabalho;
- b) inadimplemento de quaisquer das cláusulas pactuadas;
- c) constatação, a qualquer tempo, de falsidade ou incorreção em qualquer documento apresentado; e
- d) verificação da ocorrência de qualquer circunstância que enseje a instauração de Tomada de Contas Especial.

12.2 – O presente instrumento será também extinto pela superveniência de norma legal que o torne formal ou materialmente inexistente.

Parágrafo Primeiro - Durante o período de aviso prévio, os direitos e obrigações das Partes previstos nesse Termo manter-se-ão inalterados, salvo se as Partes ajustarem de outra forma.

Parágrafo Segundo - Findo o prazo do aviso prévio, as Partes serão responsáveis somente pelas obrigações que, em razão da natureza pela qual se revestem, sobrevivam ao término do Termo.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA PUBLICAÇÃO

13.1 – A eficácia do presente **Termo de Colaboração/Fomento** ou dos aditamentos que impliquem em alteração ou ampliação da execução do objeto descrito neste instrumento fica condicionada à publicação do respectivo extrato no Diário Oficial do Estado, a qual deverá ser providenciada pela administração pública estadual até o quinto dia útil do mês seguinte ao da assinatura, e ocorrer no prazo de até 20 (vinte) dias a contar da respectiva assinatura.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DA PROPRIEDADE INTELECTUAL

14.1 – Qualquer invento, aperfeiçoamento ou inovação tecnológica, obtenção de produto ou processo resultante das ações envolvidas no âmbito do presente **Termo de Colaboração/Fomento** terá sua exploração econômica regida por instrumento específico, assegurada sua utilização sem ônus.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DA PUBLICIDADE E USO DE MARCAS

15.1 – A divulgação dos atos praticados em razão deste instrumento deverá restringir-se a caráter educativo, informativo ou de disseminação de informação e conhecimento, respeitados os direitos autorais.

15.1.1 – Os Partícipes acordam que a utilização de suas respectivas marcas, representadas por seus títulos e logotipos, somente poderá ocorrer com a autorização expressa de seu proprietário.

15.1.2 – Os Partícipes obrigam-se a submeter, previamente e por escrito, à aprovação um do outro, qualquer matéria técnica ou científica decorrente da execução deste instrumento, a ser eventualmente divulgada em publicações, relatórios, conclaves, propagandas, concursos e congêneres.

15.2 – Não poderão constar nomes, símbolos ou imagens que caracterizem promoção pessoal de autoridades ou servidores públicos em geral de eventual publicidade de quaisquer atos executados em função deste **Termo de Colaboração/Fomento** ou que com ele tenham relação

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DO SIGILO DAS INFORMAÇÕES E COMUNICAÇÕES

16.1 – Durante o desenvolvimento do projeto, as partes se obrigam a manter sob o sigilo os dados e informações referentes às ações consideradas e definidas como confidenciais, não podendo de qualquer forma, direta ou indiretamente, dar conhecimento, a terceiros não autorizados, das informações confidenciais trocadas entre os acordantes ou por eles geradas na vigência do presente termo.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – DA PROTEÇÃO DE DADOS

17.1 – As Partes reconhecem que, para a execução do Termo, será necessário o tratamento de dados pessoais, e se comprometem a cumprir as disposições da Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 (“LGPD”), conforme periodicamente alterada, bem como das demais leis e regulamentos relacionados à proteção de dados pessoais e privacidade que possam ser aplicados a qualquer tratamento de Dados Pessoais no âmbito do Termo (“Legislação de Proteção de Dados Aplicável”).

17.2 – As Partes se comprometem a somente utilizar as informações e dados pessoais compartilhados para a realização das atividades decorrentes do objeto do presente Termo.

17.3 – As Partes se comprometem a manter registros de todas e quaisquer atividades relacionadas aos dados pessoais compartilhados ou obtidos em decorrência do Termo, fornecendo tais registros sempre que solicitados, de forma justificada.

17.4 – As Partes adotarão todas as medidas técnicas de segurança razoáveis, de acordo com o padrão de mercado e a legislação brasileira, para resguardar os dados pessoais tratados em decorrência do presente Termo, mantendo a outra parte indene de quaisquer danos ou prejuízos decorrentes de

qualquer tratamento de dados realizado em desacordo com esse Termo e/ou a Legislação de Proteção de Dados Aplicável.

Parágrafo Único. Para os fins desta Cláusula, consideram-se dados pessoais toda e qualquer informação relacionada a uma pessoa natural identificada ou identificável, conforme definido na LGPD.

Nota Explicativa 6: Esta cláusula pode ser excluída, caso o objeto pactuado não demande o tratamento de dados pessoais.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – DO FORO

18.1 – Fica eleito o foro do Juízo de Vitória - Comarca da capital do Estado do Espírito Santo, com renúncia expressa a outros, por mais privilegiados que forem, para dirimir dúvidas decorrentes do presente instrumento, que não puderem ser resolvidas administrativamente.

18.1.1 Antes de qualquer providência jurisdicional visando solucionar dúvida quanto à interpretação do presente instrumento, deverão os partícipes buscar solução administrativa, com a participação da Procuradoria Geral do Estado, por intermédio de um ou mais meios de solução consensual de conflitos previstos na Lei Complementar Estadual nº 1.011/2022.

18.2 – E, por assim estarem plenamente de acordo, os partícipes obrigam-se ao total e irrenunciável cumprimento dos termos do presente instrumento, o qual lido e achado conforme, foi lavrado em 2 (duas) vias de igual teor e forma, que vão assinadas pelos partícipes, para que produza seus jurídicos e legais efeitos, em Juízo ou fora dele.

Vitória/ES, ___ de _____ de 202_.

Assinatura do representante legal da administração pública estadual (Nome/cargo)

Assinatura do representante legal da organização da sociedade civil (Nome/cargo)

ANEXO VI – MODELO DE DECLARAÇÃO DE COMPROVAÇÃO DE ENDEREÇO

DECLARAÇÃO DE COMPROVAÇÃO DE ENDEREÇO (em papel timbrado)

Declaro para os devidos fins que a entidade inscrita no CNPJ sob o nº _____ é uma entidade de direito privado sem fins lucrativos, que se encontra em pleno e contínuo funcionamento nos últimos 12 (doze) meses, cumprindo suas finalidades estatutárias no endereço: rua _____, nº _____, no bairro _____, na cidade de _____, CEP _____, no telefone (____) _____, e e-mail _____, conforme comprovante anexo.

(Anexar cópia de comprovante de água, luz, telefone, internet ou contrato de locação)

Local, ____ de _____ de 2023

Assinatura do Representante Legal da OSC

ANEXO VII – MODELO DE DECLARAÇÃO DE ADIMPLÊNCIA

DECLARAÇÃO DE ADIMPLÊNCIA COM O PODER PÚBLICO

(em papel timbrado)

Eu, _____, brasileiro (a), portador (a) da CI Nº _____, e CPF Nº _____, residente e domiciliado à Rua/Av. _____, representante legal da Organização da Sociedade Civil, declaro para os devidos fins junto a essa Secretaria de Estado do Turismo - SETUR, sob penas previstas no Artigo 299 do Código Penal que a Organização da Sociedade Civil, denominada de _____, não se encontra em nenhuma das situações de impedimento dispostas no Art. 39 da Lei nº 13.019/2014.

Local, ____ de _____ de 2023

Assinatura do Representante Legal da OSC

ANEXO VII – MODELO DE DECLARAÇÃO DE REGULARIDADE PERANTE AO TCU E TCE

DECLARAÇÃO DE REGULARIDADE PERANTE O TCU E O TCE

(em papel timbrado)

A instituição (Razão Social da Participante), CNPJ (número), sediada na Rua _____, nº _____, (Bairro/Cidade), através de seu Diretor ou Representante Legal, (Nome/CI), declara que a instituição não possui quaisquer pendências junto ao Tribunal de Contas da União ou do Tribunal de Contas do Estado do Espírito Santo, sob pena de responsabilidade administrativa, civil e criminal.

Por ser expressão de verdade, firmamos o presente.

Local, _____ de _____ de 2023

Assinatura do Representante Legal da OSC

ANEXO IX – MODELO DE DECLARAÇÃO DE INÍCIO DAS ATIVIDADES

DECLARAÇÃO DE INÍCIO DE ATIVIDADES



GOVERNO DO ESTADO
DO ESPÍRITO SANTO
Secretaria do Turismo

(em papel timbrado)

Eu, _____, brasileiro (a), portador (a) da CI Nº _____, e CPF Nº _____, residente e domiciliado à Rua/Av. _____, representante legal da Organização da Sociedade Civil, declaro para os devidos fins que a entidade _____ teve seu início das atividades em ___/___/___ e que seu Estatuto atende os ditames da Lei Federal nº 13.019/14.

Local, _____ de _____ de 2023

Assinatura do Representante Legal da OSC

ANEXO X – MODELO DE DECLARAÇÃO DE REQUISITOS ESTATUTÁRIOS

DECLARAÇÃO DE CUMPRIMENTO DE REQUISITOS ESTATUTÁRIOS (Artigo 33 da Lei nº 13.019/2014 alterada pela Lei nº 13.204/2015)

Av. João Batista Parra, nº 600, 11º Andar, Ed. Aureliano Hoffman
Enseada do Suá, Vitória – ES, CEP: 29.050-375

(em papel timbrado)

Eu, _____, brasileiro (a), portador (a) da CI Nº _____, e CPF Nº _____, residente e domiciliado à Rua/Av. _____, representante legal da Organização da Sociedade Civil, declaro para os devidos fins junto a essa Secretaria de Estado do Turismo - SETUR, que a entidade atende o disposto no art. 33 da lei nº 13.19/2014, conforme relacionado abaixo:

1. Objetivos voltados à promoção de atividades e finalidades de relevância pública e social (Inciso I), encontra-se previsto no artigo _____ do estatuto;
2. Que, em caso de dissolução da entidade, o respectivo patrimônio líquido seja transferido a outra pessoa jurídica de igual natureza que preencha os requisitos desta Lei e cujo objeto social seja, preferencialmente, o mesmo da entidade extinta (Inciso III), encontra-se previsto no artigo _____ do estatuto;
3. Escrituração de acordo com os princípios fundamentais de contabilidade e com as Normas Brasileiras de Contabilidade (IV), encontra-se previsto no artigo _____ do estatuto;

Local, ____ de _____ de 2023

Assinatura do Representante Legal da OSC

ANEXO XI – MODELO DE DECLARAÇÃO DE ATENDIMENTO AO ART. 39

DECLARAÇÃO EM ATENDIMENTO AS VEDAÇÕES PREVISTAS NO ART. 39 DA



GOVERNO DO ESTADO
DO ESPÍRITO SANTO

Secretaria do Turismo

LEI 13.019/2014.

(em papel timbrado)

Declaro para os devidos fins, junto a essa Secretaria de Estado do Turismo - SETUR, que não integram a respectiva diretoria dirigentes cujas vedações estão previstas no artigo 39 da Lei Federal 13.019/2014.

Local, _____ de _____ de 2023

Assinatura do Representante Legal da OSC

ANEXO XII – MODELO DE DECLARAÇÃO DE PARENTESCO

DECLARAÇÃO REFERENTE AO PARENTESCO DE CONSELHEIROS E DIRETORES

Av. João Batista Parra, nº 600, 11º Andar, Ed. Aureliano Hoffman
Enseada do Suá, Vitória – ES, CEP: 29.050-375

(em papel timbrado)

A instituição _____, CNPJ _____, sediada na Rua _____, nº _____, (Bairro/Cidade), através de seu Diretor ou Representante Legal, (Nome/CI), declara que a instituição não tem como Conselheiro ou Diretor Executivo parente consanguíneo ou afim, até o terceiro grau, bem como de cônjuges ou companheiros do Governador ou do Vice-Governador do Estado, de Secretário de Estado, de Senador, de Deputado Federal ou Estadual, ou de Conselheiros ou Ministros dos Tribunais de Contas da União e do Estado do Espírito Santo, sob pena de responsabilidade administrativa, civil e criminal.

Cabe ressaltar que a Entidade não possui entre seus dirigentes pessoas cujas contas relativas à parceria tenham sido julgadas irregulares ou rejeitadas por Tribunal ou Conselho de Contas de qualquer esfera da Federação, em decisão irrecorrível, nos últimos 8 (oito) anos, julgadas responsáveis por falta grave e inabilitada para o exercício de cargo em comissão ou função de confiança, enquanto durar a inabilitação, ou consideradas responsáveis por ato de improbidade, enquanto durarem os prazos estabelecidos.

Por ser expressão de verdade, firmamos o presente.

Local, _____ de _____ de 2023

Assinatura do Representante Legal da OSC

ANEXO XIII – MODELO DE DECLARAÇÃO DE GESTOR RESPONSÁVEL

DECLARAÇÃO DO GESTOR RESPONSÁVEL PELO CONTROLE

ADMINISTRATIVO, FINANCEIRO E DE EXECUÇÃO DA PARCERIA

(em papel timbrado)

Eu, _____, brasileiro (a), portador (a) da CI Nº _____, e CPF Nº _____, residente e domiciliado à Rua/Av. _____, representante legal da Organização da Sociedade Civil, nomeio o(a) Sr.(a) _____, portador(a) do CPF _____, como Gestor(a) na Entidade pelo controle administrativo, financeiro e de execução da parceria celebrado com o Governo do Estado do Espírito Santo por intermédio da Secretaria de Estado do Turismo - SETUR.

Declaro ter conhecimento e estar ciente das responsabilidades previstas na Lei Federal nº 13.019/2014.

Local, _____ de _____ de 2023

Assinatura do Representante Legal da OSC

ANEXO XIV – MODELO DE DECLARAÇÃO DE CAPACIDADE

DECLARAÇÃO DE CAPACIDADE ADMINISTRATIVA, TÉCNICA E GERENCIAL PARA A EXECUÇÃO DO PLANO DE TRABALHO

(em papel timbrado)

Eu, _____, brasileiro (a), portador (a) da CI Nº _____, e CPF Nº _____, residente e domiciliado à Rua/Av. _____, representante legal da Organização da Sociedade Civil, declaro para os devidos fins e sob pena de responsabilidade civil, penal e administrativa e nos termos da Lei nº 13.019/2014, art. 33, c, que o (a) _____(entidade)_____, dispõe de estrutura física, com capacidade administrativa, técnica e gerencial para a execução do Plano de Trabalho proposto, assumindo inteira responsabilidade pelo cumprimento de todas as metas, acompanhamento e prestação de contas.

Local, _____ de _____ de 2023

Assinatura do Representante Legal da OSC

ANEXO XV – MODELO DE DECLARAÇÃO DE APLICAÇÃO

DECLARAÇÃO DE APLICAÇÃO DOS RECURSOS

(Artigo 51 da Lei nº 13.019/2014 alterada pela Lei nº 13.204/2015)



GOVERNO DO ESTADO
DO ESPÍRITO SANTO
Secretaria do Turismo

(em papel timbrado)

Eu, _____, brasileiro (a), portador (a) da CI Nº _____, e CPF Nº _____, residente e domiciliado à Rua/Av. _____, representante legal da Organização da Sociedade Civil, declaro para os devidos fins que a entidade _____ se compromete em aplicar os recursos repassados de acordo com o art. 51 da Lei 13019/2014, alterada pela Lei nº 13.204/2015.

Local, ____ de _____ de 2023

Assinatura do Representante Legal da OSC

ANEXO XVI – MODELO DE DECLARAÇÃO DE COMPATIBILIDADE

DECLARAÇÃO DE COMPATIBILIDADE DE PREÇOS

(em papel timbrado)

DECLARO para os devidos fins, perante a Secretaria de Estado do Turismo – SETUR, que os preços propostos para aquisição de bens e/ou serviços apresentados por essa Organização da Sociedade Civil, referente a proposta para celebração do Termo de Fomento, foram apurados por meio de orçamentos atualizados, junto a fornecedores regulares, aptos quanto à natureza de ocupação empresarial do itens do Plano de Trabalho e estão compatíveis com os preços médios praticados no mercado regional.

Local, _____ de _____ de 2023

Assinatura do Representante Legal da OSC

ANEXO XVII – MODELO DE DECLARAÇÃO DE PARCELA ÚNICA

DECLARAÇÃO DE DESEMBOLSO EM PARCELA ÚNICA

(Se houver)

(em papel timbrado)

Declaro que o cronograma de desembolso constante no plano de trabalho apresentado para a solicitação de apoio para a realização do (nome do projeto), está estruturado em PARCELA ÚNICA, no valor de R\$ (por extenso), o que se demonstra pertinente para garantir a imediata e plena execução do objeto.

Cabe ressaltar que o repasse em parcela única se justifica pelo curto tempo previsto para execução do objeto.

Justificar o desembolso em parcela única de acordo com o objeto proposto.

Local, ____ de _____ de 2023

Assinatura do Representante Legal da OSC

ANEXO XVIII – MODELO DE DECLARAÇÃO DE PUBLICIDADE

DECLARAÇÃO DE PUBLICIDADE DA PARCERIA

(em papel timbrado)

Eu, _____, brasileiro(a), portador(a) e inscrito no CPF Nº _____, representante legal da Organização da Sociedade Civil, declaro para os devidos fins e sob penas da lei, que se compromete em atender o disposto no Art. 11 da Lei 13.019/2014, de forma especial a divulgação na internet e em locais visível da sede social e, quando for o caso, nos estabelecimentos em que exerça suas ações, todas as parcerias celebradas com a Secretaria de Estado do Turismo - SETUR.

Local, _____ de _____ de 2023

Assinatura do Representante Legal da OSC

ASSINATURA

Documento original assinado eletronicamente, conforme MP 2200-2/2001, art. 10, § 2º, por:

WEVERSON VALCKER MEIRELES

SECRETARIO DE ESTADO

SETUR - SETUR - GOVES

assinado em 04/08/2023 14:28:58 -03:00



INFORMAÇÕES DO DOCUMENTO

Documento capturado em 04/08/2023 14:28:58 (HORÁRIO DE BRASÍLIA - UTC-3)

por ELAINE CRISTINA FAVERO (GERENTE FG-GE - GETAD - SETUR - GOVES)

Valor Legal: ORIGINAL | Natureza: DOCUMENTO NATO-DIGITAL

A disponibilidade do documento pode ser conferida pelo link: <https://e-docs.es.gov.br/d/2023-QD9HRH>